

# IMAGINE TODOS JUNTOS

Um colunista da imprensa diária já apelidou o ministério de Figueiredo de Ministério Churrascão, porque nele estão, em sistema de rodízio, os mesmos homens que dominam a cúpula da política brasileira desde 1964. Outros jornalistas, mais brincalhões, preferem rir da própria desgraça e exclamam: "Imagine todos juntos!"

Prá ter uma idéia, leia a ficha dos mais importantes:

**Ministério do Trabalho — Murilo Macedo:** O que um banqueiro pode entender de trabalho?, perguntaram algumas lideranças sindicais, quando souberam que Murilo Macedo, ex-presidente do Banespa (Banco do Estado de São Paulo), e secretário da Fazenda do governo Paulo Egídio, foi indicado para essa pasta. Mas ele entende. É claro que, do ponto de vista do futuro governo. Basta ver sua atuação quando presidiu o Banespa. Lá, além de se negar ao diálogo com os funcionários do banco, e com o sindicato da categoria, criou um regulamento que acabou com as promoções por tempo de serviço, deixando aos chefes o critério de elevar o salário dos funcionários; e inventou um cargo de auxiliar de escrita, que na prática faz o mesmo serviço dos escrivães, mas que tem um salário menor. Os presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, e dos Petroleiros de Belo Horizonte, Wagner Benevides, ao criticarem essa indicação, definiram: "Lugar de banqueiro é em banco. Lugar de trabalhador é no ministério do Trabalho".

**Ministério da Justiça — Petrônio Portela:** Essa pasta, que deve cuidar da situação jurídica do país, e vai encaminhar as tais aberturas democráticas, foi entregue ao homem do diálogo do governo Geisel, ou, ao político mais vira-casaca que está atualmente no governo. Porque em 64, quando teve o golpe de 31 de março, Portela, que era governador do Piauí, afirmou, em frente ao palácio do governo: "Querem ensanguentar a Nação... Que fiquem sabendo os golpistas que no Piauí há homens livres dispostos a lutar com sacrifício da própria vida pela liberdade". Alguns anos mais tarde, Portela era presidente do Senado pela Arena, ou seja, o partido que representava o governo que ele chamou de golpista. E agora, no ministério da Justiça, será uma das principais figuras do governo Figueiredo.

**Casa Civil — Golbery do Couto e Silva:** No cargo de assessor do presidente, o chefe da Casa Civil



acaba tendo uma influência grande sobre o governo. É o caso, certamente, do futuro trabalho do general Golbery do Couto e Silva, que desempenha a mesma tarefa no governo atual. Com uma carreira dedicada aos "governos revolucionários", atuando principalmente na organização dos serviços de informação, este general é acusado pela oposição de favorecer a empresa multinacional "Dow Chemical", de onde saiu quando presidente, em 1971, para engrossar a equipe do general Geisel. Ele foi, também, um dos principais responsáveis pela indicação do general Figueiredo para a presidência da República.

**Ministério da Agricultura - Delfim Neto:** O inventor do "milagre brasileiro" — que escancarou as portas do país para a penetração do capital estrangeiro, no governo Costa e Silva e Médici, e arrouchou os salários dos trabalhadores, chegando ao ponto de diminuir em 13% o índice do custo de vida, para rebaixar os reajustes salariais — foi premiado pelo general Figueiredo com a pasta da Agricultura. O que ele queria mesmo era o governo de São Paulo, e já na época do governo Geisel. Na ocasião, embora não tenha conseguido, foi mandado para a embaixada brasileira em Paris, onde, segundo informações de um militar funcionário da embaixada, teria recebido

"propinas" no valor de seis milhões de dólares. Sua indicação, agora, para o ministério da Agricultura, chegou a desagradar a maioria dos produtores rurais, que vêem nele uma ameaça de penetração maciça do capital estrangeiro no campo.

**Ministério do Planejamento — Mário Henrique Simonsen:** É outro banqueiro, sócio do Banco Bozano-Simonsen, que durante o governo Figueiredo será responsável pelas decisões econômicas, como por exemplo, o controle da inflação. Como disse o presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, "a economia brasileira está doente, mas não trocamos de médico. A inflação do ano passado superou os 40%. Basta isso, para mostrar a total incompetência da política atual", conduzida por Simonsen, que é ministro da Fazenda hoje. Além da inflação, que não soube controlar, Simonsen favoreceu neste governo, descaradamente, as multinacionais, como a Westinghouse, a quem possibilitou, através de leis especiais, mandar mais lucros para o exterior, e a Souza Cruz. Prá essa da qual foi conselheiro, Simonsen alterou a mecânica de recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com o que a empresa teve mais tempo que o antes permitido, para especular com o dinheiro que devia ao Estado.

## O ministério:

- 1 — Agricultura - Delfim Neto
- 2 — Comunicações - Haroldo Matos (atual presidente da Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações).
- 3 — Comunicação Social - Said Farhat (assessorou o general Figueiredo depois da sua indicação).
- 4 — Educação - Eduardo Portela (amigo do irmão do general Figueiredo, Guilherme Figueiredo).
- 5 — Fazenda — Karlos Rischbieter (presidente atual do Banco do Brasil).
- 6 — Indústria e Comércio - João Camilo Pena (atual secretário da Fazenda de Minas Gerais).
- 7 — Interior — Mario Andreatza (ex-ministro dos Transportes do governo Médici, e responsável por obras vultosas e inúteis como a ponte Rio-Niterói, e a Tranzamazônica)
- 8 — Justiça - Petrônio Portela
- 9 — Minas e Energia - César Cals (escolhido senador biônico pelo Ceará, e ex-governador daquele Estado, acabou ganhando o ministério).
- 10 — Previdência Social — Jair Soares - (Duas vezes secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, foi eleito em novembro deputado federal).
- 11 — Relações Exteriores — Ramiro Saraiva Guerreiro (ex-secretário geral desse mesmo ministério).
- 12 — Saúde — Mário Augusto de Castro Lima (foi indicado por suas ligações com o futuro governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães)
- 13 — Trabalho — Murilo Macedo
- 14 — Transportes - Eliseu Resende (foi ex-presidente do DER — Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, de 64 a 67, onde, segundo as informações, desgastou os recursos financeiros do órgão).
- 15 — Aeroáutica — Dêlio Jardim de Matos (ex-ministro do Superior Tribunal Militar).
- 16 — Exército — Walter Pires de Carvalho (amigo de Golbery e Figueiredo desde 1961).
- 17 — Marinha — Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (aderiu ao golpe de 64 e o navio que comandava serviu de presídio para os opositores).
- 18 — Gabinete Militar - Danilo Venturini (foi chefe de gabinete do general Golbery e do general Figueiredo).
- 19 — SNI (Serviço Nacional de Informações) - Otávio Medeiros (está chefiando esse ministério desde que o gen. Figueiredo se afastou para encaminhar os projetos de governo).



# SÓ O MDB NÃO DÁ

Os trabalhadores querem o seu próprio partido e acusam o MDB de ser anti-democrático

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva (Lula), defendeu em janeiro a criação de um Partido dos Trabalhadores. A proposta resumia várias conversas que o Lula, e outros dirigentes sindicais de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, vinham fazendo a respeito da necessidade de participação dos trabalhadores nas decisões políticas do país.

No Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, do dia 22 a 26 de janeiro, e que reuniu 210 representantes da categoria, essa proposta foi aprovada pela maioria dos participantes. Dizia o seguinte: "As aberturas democráticas estão se delineando e não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos. Ao contrário, os patrões tentarão novas formas de impedir que os trabalhadores tenham seus próprios projetos. Isso coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para essa situação. Fazer isso é lançar-se na construção de um partido".

Lula diria aos jornais, mais tarde, que era necessário um Partido que falasse dos trabalhadores porque o MDB, o único organismo da oposição existente, não tinha mecanismos que permitissem uma participação direta.

## NÃO É HORA DE DIVIDIR

A iniciativa, provocou uma reação grande por parte dos políticos do MDB, e das bases que elegeram alguns candidatos mais ligados aos interesses populares, nas últimas eleições de novembro. E era uma reação desfavorável à proposta dos metalúrgicos. O presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, por exemplo, falou, ao saudar os deputados federais que chegaram a Brasília, na primeira semana de fevereiro, que ainda não era a hora de dividir as forças dentro da oposição, referindo-se, dessa forma, a idéia do PT que os dirigentes sindicais e metalúrgicos defenderam.

Aliás, já desde as eleições de novembro último que os candidatos eleitos, dos autênticos aos mais moderados do MDB defendem a utilização do MDB para organizar os setores populares. Eles acreditam que um "partido agora não representaria o nível de participação política existente, nem seu programa poderia representar os interesses da população.

E que, de outro lado, o MDB já conseguiu conquistar a simpatia da grande maioria da população. E



um partido novo, nessa situação, iria trazer muita confusão.

O que se deveria querer, agora, na opinião dessas pessoas é criar, dentro do MDB, a alternativa de um partido".

## MDB NÃO É REPRESENTATIVO

Para José Pedro da Silva, líder da oposição sindical metalúrgica de Osasco, é verdade que o partido que existe hoje, o MDB, não é um partido que defenda os interesses dos trabalhadores. Mas ele acha que os trabalhadores devem entrar no MDB, como um grupo, e lutar lá dentro para defender seus interesses.

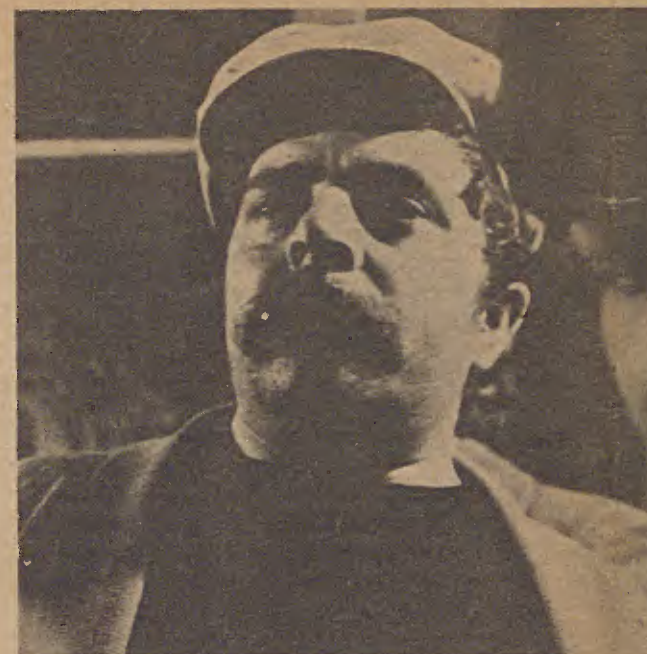
"Se surgisse um partido dos trabalhadores hoje, explica o Zé Pedro, ele não ia ser o partido onde os trabalhadores de base iriam influir, porque ainda existe pouca organização. E um partido que levasse o nome de Trabalhadores, que não tivesse patrão, ele

ia ter, na realidade, a participação de um grupo de dirigentes sindicais, dos autênticos, mas não uma participação efetiva dos trabalhadores".

Zé Pedro acrescenta que para o surgimento de um verdadeiro Partido dos Trabalhadores, é preciso ter um pouco mais de debate e de trabalho prático, trabalho de levar a política a todas as camadas sociais, tanto nos bairros como nas fábricas. "O MDB, portanto, seria um canal por onde a gente conseguiria ir um pouco mais longe. desde que, é claro, a gente não se desmanchasse dentro do MDB".

O próprio Zé Pedro, entretanto, é testemunha da dificuldade de participação dos trabalhadores dentro do MDB, enquanto grupo que pretende defender seus interesses.

"Nós, lá em Osasco, - ele diz - temos reunido e estamos pensando numa forma de atrair mais gente que queira discutir política, e achar uma forma de a gente conseguir participar da política. Mas essa forma, tá claro prá nós, não vai ser através do diretório do MDB, no caso. Seria muito mais viável a gente conseguir reunir as pessoas através de um centro de cultura, de uma comunidade de bairro. Porque a máquina do diretório de Osasco está nas mãos do Guaçu-Piteri. E para participar no diretório a gente teria que brigar muito com o Guaçu, porque seus interesses não são os mesmos que os nossos."



## LULA E A PROPOSTA DO PT

O Lula, por sua vez, começa por achar muito estranho que o MDB, que tem no seu programa a defesa da organização de partidos - ou seja, o pluripartidarismo - agora não queira a criação de mais partidos.

"O MDB agora não quer mais partidos - diz o Lula - porque ele vem crescendo. Se ele não quer agora, que vem crescendo, imagine quando crescer mais. Ai que ele não vai querer mesmo. E então, vai fechar as portas".

Nessa entrevista ele explica o que é a proposta do Partido dos Trabalhadores:

P - Lula, você acha possível a formação, agora, de um Partido dos Trabalhadores?

R - Eu acho que se os trabalhadores e os outros segmentos da sociedade que estão hoje marginalizados da participação política, tivessem mais opções, talvez até depois de criadas essas opções, eles podiam concluir que o MDB é que interessa. Mas por princípio, eu não concordo com esse negócio de confederação ampla de oposições, porque eu acho que o povo tem que ter direito de escolher, de ter mais opções, e isso nenhum dos dois partidos quer dar ao povo brasileiro.

**Ou a classe trabalhadora cria o seu próprio partido, ou vai ter sempre os patrões fazendo as leis para os trabalhadores**

P - Mas existem condições para se criar hoje essas opções?

R - Não sem antes existir um amplo trabalho de mobilização e conscientização dos trabalhadores, mostrando a necessidade de sua participação nas decisões. Porque do contrário sairia um partido de cúpula, que não seria representativo.

P - O que seria esse Partido dos Trabalhadores?

R - É preciso definir. Veja, muita gente está preocupada que se for criado esse Partido dos Trabalhadores, se ele pode ou não entrar. E a preocupação é a seguinte: eu sou médico, sou advogado, sou engenheiro, eu estou nesse Partido? Acho que essa preocupação não deve existir, porque esse partido deve ser de todos os assalariados, dos trabalhadores, de todos aqueles que vivem subordinados a um salário. Em segundo lugar, um partido de trabalhadores deveria ser definido num programa. A partir do programa, portanto, quem estiver interessado em defender o partido, estaria incluído nele. É bom deixar claro, também, que esse partido que estamos discutindo não tem nada a ver com o PTB.

P - Lula, qual a organização que os trabalhadores tem hoje para manter um partido que defenda seus interesses?

R - Em termos de força política, eu acredito que ninguém tem mais força que a classe trabalhadora, porque ela é a maioria. Em termos de organização, estou convencido

que hoje ainda não há uma organização dos trabalhadores suficiente para a criação de um Partido.

P - Por que acontece isso?

R - Porque o trabalhador sempre foi marginalizado do processo político no Brasil. Ele nunca participou, mesmo no PTB. Nós sabemos que existia muito mais latifundiários que trabalhadores no PTB. Hoje, no MDB, por exemplo, nós sabemos que existem industriais, burgueses à vontade, mas existem raríssimos trabalhadores, pouquíssimos representantes dos trabalhadores.

P - Em linhas gerais, qual seria o programa desse partido?

R - Teria que ser um programa que defendesse tudo aquilo que os trabalhadores necessitam hoje e no futuro. Porque nós sabemos que um Partido dos Trabalhadores deve ser amplo, deve ter um programa que inclusive almeje chegar ao poder.

P - Lula, você sempre foi visto como um dirigente sindical. Porque surgiu essa necessidade de atuar no campo político?

R - Porque depois daqueles acontecimentos de Brasília, quando da aprovação do projeto das Reformas e do Decreto, que proibia a greve nos setores essenciais, onde, pela primeira vez, os dirigentes sindicais acompanharam de perto a votação dos parlamentares, nós sentimos a necessidade de que hoje nós passaríamos a nos articular politicamente, no sentido de até criar um partido político. Ou a classe trabalhadora iria ter sempre patrões tentando fazer as leis dos trabalhadores.

**A gente não pode querer se juntar numa oposição que tem muito pouco a ver com as dificuldades que atravessamos**

P - E essa colocação de que hoje, pensar em um outro partido é querer dividir o MDB?

R - Acho que no Brasil hoje tem algumas palavras de efeito que causam muita especulação. Acho, em primeiro lugar, que a gente não pode, em nome de não concordar com o sistema, querer se juntar numa oposição que tem muito pouco a ver com as dificuldades que nós atravessamos. Por exemplo vamos analisar o MDB. Qual o grande debate que o partido fez contra a exploração dos trabalhadores? Contra a venda da Light? Sobre a distribuição de renda, sobre a saúde, a educação? A não ser um ou outro discurso de deputado? Então eu acho que um partido, se quiser se definir como de oposição, não é oposição de gabinete não, tem que ser oposição de massa, de base. E isso o MDB está devendo ao povo.



## Campanha Salarial

## Ninguém mais faz hora extra

Nenhum metalúrgico de São Bernardo e Diadema fará horas extras até o mês de abril. Pelo menos foi esta a decisão que os trabalhadores assumiram na última assembleia, da campanha salarial da categoria depois que souberam que o Sindicato de Máquinas - Simesp (dos patrões), está orientando as empresas do setor a imprimirem um ritmo mais acelerado na produção, para com isto, estocar os seus produtos e assim suportar as prováveis greves nesta campanha salarial.

Segundo a nota do Simesp, as empresas devem aumentar a produção, aumentando o ritmo de trabalho, para que possam estocar os seus produtos. Em caso de greve, estariam em condições de atender a seus clientes, sem prejudicar o planejamento da fábrica. Os metalúrgicos chegaram à conclusão que os patrões pretendem utilizar os próprios trabalhadores em benefício próprio", prejudicando com isto a organização dos operários dentro das fábricas.

Na assembleia, os trabalhadores afirmaram que "somente com a mobilização de toda a categoria", a classe patronal "perceberá que não adianta orientar as suas empresas com métodos anti-democráticos, porque na hora da greve, nós vamos cruzar os braços, ces-

sar os seus lucros, e exigir que negociem conosco o nosso pedido de aumento".

Além do aumento do ritmo da produção, o Simesp pede às empresas que tomem o máximo de cautela na admissão de operários ligados à produção. Segundo os metalúrgicos, "esta orientação substitui o atestado ideológico nas empresas". Para eles, "trabalhar numa fábrica será pior que ser interrogado pela polícia".

O Simesp solicita ainda às empresas que "de maneira alguma" realizem acordos isoladamente com seus empregados, ou com o sindicato de classe. Esta orientação do Sindicato de Máquinas "antes de mais nada é contraditória e repressora", declarou Luis Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, acrescentando que, "os patrões estão falando muito em diálogo, porém, na hora de praticá-lo, esquecem da outra parte e fazem apenas o monólogo".

Apesar de todo clima de medo que o Simesp pretende levar aos trabalhadores, os metalúrgicos decidiram no encontro em São Bernardo que darão "o troco à altura aos patrões, de forma organizados, parando por completo os seus lucros".

## Eleição dos bancários

## Situação apela e recebe o troco

Cerca de 60 dirigentes sindicais, reunidos na semana passada na sede do Sindicato dos Marceneiros emitiram nota à imprensa protestando contra o comunicado que a chapa 1, que representa a situação no Sindicato dos Bancários, publicou, insinuando que houve infiltração "partidária e ideológica" nas eleições recentemente realizadas na categoria e na qual a situação saiu derrotada.

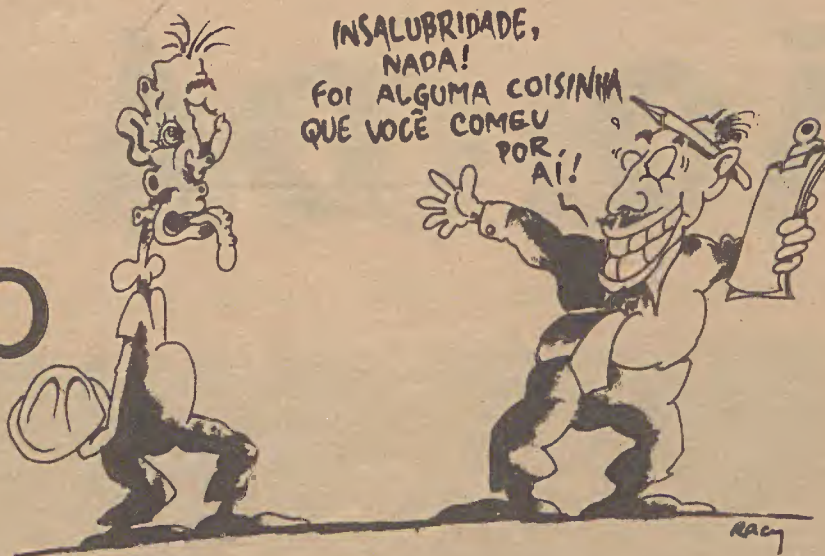
Segundo a nota, "as acusações são inaceitáveis e violam os mais elementares princípios de liberdade e autonomia sindicais". Os dirigentes sindicais afirmaram que não têm "o direito de interferir" nos assuntos internos da categoria bancária. Porém, ressaltaram que "ao levantar o já desgastado fantasma da infiltração "partidária ou ideológica" na campanha eleitoral, o comunicado da chapa 1 contrariou os princípios democráticos pelos quais o movimento sindical vem se batendo e ainda tentou conturbar um processo eleitoral limpo, que conseguiu mobilizar toda categoria".

A nota foi assinada pelos representantes de 30 entidades sindicais, entre elas, os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo.



## INSALUBRIDADE

# Uma luta que muitos não topam



Mas na Fundação Sólton, os trabalhadores que brigam pelo adicional garantem que não é difícil ganhar.

Durante muitos anos, na Fundação Sólton, uma metalúrgica instalada na Vila Liviero, as condições de trabalho colocaram em risco a saúde dos operários. Um trabalhador da macharia conta: "Lido com um óleo muito fedido que dá dor de cabeça e avermelha os olhos". Outros reclamam de trabalhar perto do forno, que funciona a uma temperatura de 400 graus. Na seção de esmeril, as queixas também são constantes: "Lá quem é branco fica preto e o pó vai todo para a garganta e para os olhos".

Evidente que essa situação não é nova. E acontece em outras empresas. Condições ruins de trabalho em geral são aceitas pelos trabalhadores como "normais", primeiro porque existem na maioria das fábricas e, segundo, porque brigar contra elas nem sempre é fácil. Apesar disso, na Sólton, 42 funcionários resolveram levar adiante um processo para reclamar do não recebimento do adicional de insalubridade a que têm direito por trabalharem em contato com agentes nocivos à saúde. Agora, perto do fim do processo, eles garantem que vão ganhar, apesar das ameaças e dificuldades que sofreram durante os últimos meses.

### Provas

A primeira dificuldade, quando se

resolve abrir um processo desse tipo, é conseguir que se prove a insalubridade do serviço. José Mentor, o advogado que orienta o processo na Sólton, diz que "quando vai um perito na fábrica medir se há ou não insalubridade, os patrões fazem uma força enorme para que ela não seja comprovada". Exatamente como ocorreu na Sólton. Os operários contam: "Quando a perícia veio, o patrão mandou desligar o maquinário, o forno, tudo. Jogaram água no chão para assentar a poeira, pediram pra gente não fazer pó, deram equipamento de proteção para todos. E escolheram uma boa hora: às 11, quando o serviço pior já acabou".

### Demissões

Mas os trabalhadores resolveram impedir a manobra e, enquanto o perito visitava a fábrica, alguns passaram a descrever com detalhes o serviço que faziam, outros pulavam no chão para levantar poeira, escolhendo formas para que se constatasse a insalubridade.

Que acabou sendo provada pela perícia.

O próximo passo da empresa foi despedir seis operários que lideravam o grupo e fazer acordo com outros três para que desistissem da reclamação. Um deles - contam os funcionários

aceitou 5 mil cruzeiros em troca de sair do processo e hoje foi "gelado" pelos companheiros que não aceitam mais conviver com ele.

Mentor explica que as demissões são frequentes mas se o processo for encaminhado coletivamente, por trinta pessoas pelo menos, fica mais difícil mandar embora todos ao mesmo tempo. "O problema — continua ele — é que o adicional só é pago para aqueles que fizeram a reclamação e a partir do dia em que a ação foi ganha, o que faz muita gente desistir. Na Sólton, conseguimos resolver muito bem isso. O patrão mandava embora três, e os que ficavam, conversavam com os novos. Logo tínhamos mais um grupo com outra reclamação. Acho que se deve brigar. A própria legislação foi feita para aguardar a reclamação do trabalhador e não para corrigir uma situação de insalubridade. E é relativamente fácil comprovar essa situação de insalubridade".

### O que é

Segundo a CLT, a insalubridade resulta das atividades que expõem o trabalhador a doenças, tanto pelo tipo de trabalho que executa, quanto pelo contato que tem com agentes químicos, físicos biológicos nocivos à saúde. E isso tudo

está detalhado não só na CLT, no seu artigo 209, mas, mais recentemente, na portaria 3.214, que traz um quadro sobre os limites de tolerância para ruído, iluminação, exposição ao calor, contato com ácidos, gases, pó.

### O que diz a lei

A lei determina, por exemplo, que executar um serviço de levantar, empurrar ou arrastar pesos em locais muito quentes (28 a 30 IBUTG) dá direito a descansar 45 minutos em cada hora de trabalho. Nos casos de ambientes com ruídos contínuos, a lei afirma que se o nível de ruído for de 90 decibéis, deve-se trabalhar apenas quatro horas diárias; com 105 decibéis, meia hora por dia, com direito a receber pelas 240 horas da semana.

Além disso, para receber o adicional, a CLT classifica a insalubridade, de acordo com o perigo que representa, em três tipos: a máxima dá direito ao recebimento de um adicional de 40 por cento sobre o salário mínimo; a média, a um adicional de 20 por cento e a mínima, a 10 por cento.

## Jardim Miriam

### O MOVIMENTO PELA CRECHE

As mães do Jardim Miriam estão fazendo uma pesquisa no bairro sobre a renda familiar dos moradores, e muito breve farão uma coleta de fundos para sustentar a "campanha da creche". Esse movimento pretende que a prefeitura instale e mantenha, para o bairro e suas vilas, uma creche para crianças de até seis anos, filhos dos moradores que vão trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos com alguém que possa atendê-los com todos os recursos.

A reivindicação das mães do Jardim Miriam já tem dois anos, mas agora ela conta com a participação de aproximadamente 100 pessoas, e é apoiada por representantes das associações locais, da Igreja e APMs de três escolas. Essas mães reclamam, antes de tudo, que para uma região que deveria atender 36.000 crianças em idade pré-escolar, a prefeitura mantém apenas oito creches, com capacidade de atender somente 700 crianças.

Jornal da Vila

## Parque América PRÓXIMO PASSO É A ESCRITURA

Em dezembro, os moradores do Parque América, bairro da zona sul de São Paulo, conseguiram dar mais um passo na sua luta pela regularização dos 1.800 lotes clandestinos onde moram. Apesar dos terrenos existirem há sete anos e a maioria dos compradores já ter liquidado suas prestações há dois, a imobiliária Mabil-Matarazzo se recusava a fornecer até mesmo os contratos de compra e venda dos lotes.

Meses foram gastos na discussão do que fazer, até

que se organizou uma comissão de 400 pessoas para reclamar na porta da imobiliária. Diante da pressão, mesmo tendo chamado a polícia para se defender, a imobiliária acabou cedendo: liberou os contratos e ainda teve que revogar seis cláusulas do documento consideradas prejudiciais pelos moradores.

Mas a briga ainda não acabou. E os moradores anunciam que a próxima etapa é conseguir a escritura definitiva dos terrenos.

